b) Referência ao Aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem publicado.

c) Indicação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;

d) Endereço atualizado para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descrevem, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

15.1 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

16 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos implicam a sua exclusão, independentemente do procedimento criminal, nos termos da lei geral.

17 — No prazo de 20 dias úteis após o termo do prazo fixado no n.º 15.1, do presente Aviso, deverá o júri elaborar a lista dos candidatos admitidos e excluídos a concurso, com indicação dos motivos de exclusão.

17.1 — Da deliberação de exclusão e sua fundamentação devem notificar-se os candidatos para que possam aqueles exercer o seu direito de audiência por parte do júri, dentro do prazo de 20 dias úteis.

18 — Método de seleção:

18.1 — O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular, nos termos dos parágrafos 26 a 29.3 da Portaria n.º 43/98 de 26 de janeiro.

18.2 — Em conformidade com o n.º 28 da Portaria n.º 43/98 de 26 de janeiro, na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados, tendo em atenção a especificidade das funções inerentes à área profissional a que respeita o concurso, os fatores seguintes:

a) Exercício de funções no âmbito da área profissional respetiva, tendo em conta a competência técnico-profissional, tempo de exercício das mesmas e experiência de anestesia em idades pediátricas e em Oftalmologia, nomeadamente, domínio da técnica de anestesia peribulbar;

b) Atividades de formação nos internatos médicos e outras ações de formação e educação médica frequentadas e ministradas;

c) Classificação obtida na avaliação final do internato “complementar da área profissional respetiva”;

d) Trabalhos publicados ou comunicados com interesse clínico e científico para a área profissional respetiva, tendo em conta o seu valor relativo;

e) Atividades docentes ou de investigação relacionadas com a área profissional;

f) Outros fatores de valorização profissional, nomeadamente títulos e sociedades científicas.

18.3 — Os resultados da avaliação curricular são classificados na escala de 0 a 20 valores, com a seguinte distribuição pelos fatores estabelecidos nas alíneas do ponto anterior:

Alínea a): 0 a 12 valores; Alínea b): 0 a 3 valores; Alínea c): 0 a 2 valores; Alínea d): 0 a 2 valores; Alínea e): 0 a 0,5 valores; Alínea f) 0 a 0,5 valores.

18.4 — Os resultados da avaliação curricular, se não forem atribuídos por unanimidade, são obtidos pela média aritmética das classificações atribuídas por cada membro do júri.

19 — Terminada a avaliação curricular, o júri deverá proceder à elaboração da lista de classificação final dos candidatos, por ordem decrescente das classificações obtidas, no prazo máximo de 10 dias úteis.

20 — Em caso de igualdade de valorização, os critérios de desempate são os constantes do n.º 30.2 da Portaria n.º 43/98, de 26 de janeiro.

21 — Concluída e elaboração da lista de classificação o júri notifica os candidatos, nos termos do artigo 100.º do Código de Procedimento Administrativo, nos termos do n.º 31 da Portaria n.º 43/98, de 26 de janeiro.

22 — Posteriormente deverá o júri submeter a lista de classificação final a homologação, no prazo de cinco dias úteis após a sua aprovação.

23 — Depois de homologada, a lista de classificação final, é publicada no *Diário da República*, 2.ª série, conforme o estabelecido no n.º 34 da Portaria n.º 43/98, de 26 de janeiro, e ainda afixada em local visível e público do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto e disponibilizada na página eletrónica deste Instituto, em www.institutogamapinto.com

24 — Da lista de classificação final homologada e publicada podem os candidatos recorrer, com efeito suspensivo, para o Ministro da Saúde ou para a entidade em quem tenha sido delegada a competência, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da sua publicação.

25 — Apenas podem ser admitidos os candidatos que obtenham classificação final igual ou superior a 10 valores, sem arredondamentos.

26 — Composição do júri:

Presidente: Dr.ª Maria Luísa Coutinho Pereira Santos, Presidente do Conselho de Administração e Diretora Clínica do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto.

Vogais efetivos:

1.º Vogal efetivo: Dr.ª Maria Henriqueta das Neves Abreu, Assistente Graduada Sênior de Anestesiologia do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efetivo: Dr.ª Dulce Gonçalves dos Santos, Assistente Graduada de Anestesiologia do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto.

Vogais suplentes:

1.º Vogal suplente: Dr.ª Ana Paula Daniel Guerra Semedo Pires Carvalho, Assistente Graduada de Anestesiologia do Centro Hospitalar de Lisboa Norte;

2.º Vogal suplente: Dr.ª Lina Rosa Viegas Guerreiro, Assistente Graduada de Anestesiologia do Centro Hospitalar de Lisboa Norte.

27 — Nos termos do n.º 14.2 da Portaria n.º 43/98, de 26 de janeiro, os interessados têm acesso às atas do júri e aos documentos em que assentam as deliberações deste, desde que as solicitem.

28 — Define o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2011, de 30 de dezembro e o n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 177/2009 de 4 de agosto que o posicionamento remuneratório dos trabalhadores a recrutar deve ser o que resultar de negociação com a entidade empregadora logo após o termo do procedimento concursal. Porém, por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66B/2011, de 30 de dezembro, não pode a entidade empregadora, neste momento, propor aos trabalhadores detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado uma posição remuneratória superior à auferida.

28.1 — Para efeitos do número anterior, no momento da apresentação a concurso, os candidatos que se encontrem nas condições nele referidas, devem prestar informação sobre qual o posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo n.º 26 da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64B/2011, de 30 de dezembro.

29 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 90.º da Constituição da República Portuguesa, a “Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.”

30 — Prazo de validade — O concurso é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a concurso.

21 de dezembro de 2012. — A Presidente do Conselho de Administração, Dr.ª *Luísa Coutinho Santos*.

206625982

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Despacho n.º 121/2013

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e de harmonia com o estabelecido nos n.ºs 2 e 5 do artigo 58.º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, delego a Presidência do Conselho Coordenador de Avaliação do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências e a Presidência do Conselho Coordenador de Avaliação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência no Subdiretor-Geral, Manuel Ribeiro Cardoso.

O presente despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2013.

26 de dezembro de 2012. — O Diretor-Geral, *João Castel-Branco Goulão*.

206631505

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Direção-Geral da Educação

Despacho n.º 122/2013

A Divisão de Gestão Orçamental e Patrimonial, abreviadamente designada por DGOP, foi criada na dependência da Direção de Serviços de Planeamento e Administração-Geral da Direção-Geral da Educação, através do Despacho n.º 13608/2012, publicado no D.R. n.º 203, 2.ª série, de 19 de outubro.

Considerando que irá vagar a partir de 31 de dezembro do corrente ano o cargo de Chefe de Divisão desta unidade orgânica flexível;

Considerando ainda o facto da trabalhadora que exerce funções públicas, licenciada em Gestão e Administração Pública, especialização em Planeamento e Controlo de Gestão, Dora Margarida Miranda Simões, possuir mais de quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento é exigível uma licenciatura, ser reconhecidamente dotada de competência técnica nas áreas de gestão financeira e patrimonial e de aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, correspondendo assim ao perfil pretendido para o titular deste cargo, conforme o comprova a nota relativa ao currículo académico e profissional que se anexa e que faz parte integrante do presente despacho:

1 — Designo, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a licenciada Dora Margarida Miranda Simões, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão de Gestão Orçamental e Patrimonial da Direção-Geral da Educação.

2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a nomeada pode optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem.

3 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013, inclusive.

20 de dezembro de 2012. — O Diretor-Geral, *Fernando José Egídio Reis*.

Nota curricular

I — Nome: Dora Margarida Miranda Simões

Nacionalidade: Portuguesa

Data de Nascimento: 10 de dezembro de 1975

II — Habilitações Académicas

Licenciatura em Gestão e Administração Pública, especialização em Planeamento e Controlo de Gestão, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ano 2006, média final de 14 valores).

III — Formação Profissional

INA: “Análise Económica e Financeira nas Entidades Públicas”; Seminário “Orçamentação por Programas no OE 2012 (Enquadramento legal e Estratégico 2011-2015)”; “Gestão Orçamental nos Serviços Públicos”; “O Novo Código da Contratação Pública”;

CITEFORMA: “Contas do Plano Oficial de Contabilidade Pública”; “Auditoria e Controlo Interno” Contabilidade Pública”;

STE: “Gestão Financeira para Dirigentes”;

SINASE: Curso de Formação Profissional “Regime de Emprego na Administração Pública — Dirigentes e Chefias”; “SIADAP — Liderança e motivação — Avaliadores”; “Regime de Emprego na Administração Pública — Recursos Humanos”.

IV — Experiência Profissional

Julho de 2010 a dezembro 2012 — Técnico Superior da ENIDH. Das funções desempenhadas salientam-se as seguintes:

Coordenar e gerir os Serviços Financeiros e Serviço de Aprovisionamento e Património;

Elaborar a proposta de orçamento anual da Escola, acompanhar a sua execução e elaborar a conta de gerência na vertente da contabilidade orçamental, patrimonial e analítica;

Elaborar informações, mapas e reportes necessários ao envio de informação a entidades externas à ENIDH;

Acompanhamento de auditorias de certificação de contas, bem como outras auditorias externas;

Elaborar as peças de procedimentos conforme Código da Contratação Pública e proceder à sua execução nas diferentes plataformas de contratação pública;

Acompanhar e controlar todo o processo de inventariação do imobilizado segundo o CIBE;

Assistir tecnicamente os órgãos de gestão nas áreas a seu cargo.

Março 2007 a junho 2010 — Técnico Superior do ISEL. Das funções desempenhadas destacam-se as seguintes:

Coordenar e gerir o Núcleo de Contabilidade dos Serviços Administrativos e Financeiros;

Elaborar a proposta de orçamento anual do Instituto, acompanhar a sua execução e elaborar a conta de gerência na vertente da contabilidade orçamental, patrimonial e analítica;

Elaborar informações, mapas e reportes necessários ao envio de informação a entidades externas à ENIDH;

Acompanhamento de auditorias de certificação de contas, bem como outras auditorias externas;

Acompanhar e controlar todo o processo de inventariação do imobilizado segundo o CIBE.

206626313

Despacho n.º 123/2013

A Divisão de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico, abreviadamente designada por DEPEB, foi criada na dependência da Direção de Serviços de Desenvolvimento Curricular da Direção-Geral da Educação, através do Despacho n.º 13608/2012, publicado no *Diário da República*, n.º 203, 2.ª série, de 19 de outubro.

Considerando que irá vagar a partir de 31 de dezembro do corrente ano o cargo de Chefe de Divisão desta unidade orgânica flexível;

Considerando ainda o facto da técnica superior mestre Lina Maria Martins Varela Trindade Silva, possuir mais de quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento é exigível uma licenciatura, ser reconhecidamente dotada de competência técnica nas áreas da educação pré-escolar e do ensino básico e de aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, correspondendo assim ao perfil pretendido para o titular deste cargo, conforme o comprova a nota relativa ao currículo académico e profissional que se anexa e que faz parte integrante do presente despacho:

1 — Designo, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de abril e n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a mestre Lina Maria Martins Varela Trindade Silva, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico da Direção-Geral da Educação.

2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a nomeada pode optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem.

3 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013, inclusive.

21 de dezembro de 2012. — O Diretor-Geral, *Fernando José Egídio Reis*.

Nota curricular

I — Dados Pessoais:

Nome: Lina Maria Martins Varela Trindade Silva

Data de nascimento: 11 de abril de 1968

Naturalidade: Tavira

Nacionalidade: Portuguesa

II — Habilitações académicas e formação profissional:

2000 — Mestrado em Linguística e Didática do Português, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

1992 — Ramo de Formação Educacional de Línguas e Literaturas Modernas, variante de Português/Francês, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a classificação profissional de 16 valores;

1990 — Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Português/Francês, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com média final de curso de 16 valores.

III — Experiência profissional:

2009-2012 — Exercício, a título informal, de funções de coordenadora da Equipa de Português da Direção-Geral da Educação, do Ministério da Educação e Ciência;

2001-2005 — Membro da Equipa de Coordenação da Avaliação da qualidade dos novos programas do ensino secundário, no âmbito da Revisão Curricular, no Departamento do Ensino Secundário, do Ministério da Educação;

1999-2008 — Exercício, em regime de requisição, de funções técnico-pedagógicas no Departamento do Ensino Secundário e na Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, do Ministério da Educação, tendo transitado, em 2008, da carreira docente para a carreira técnica superior;

1993-1998 — Orientadora de Estágio Pedagógico, pela Universidade de Lisboa e pela Universidade Nova de Lisboa, na Escola Secundária de Ferreira Borges, em Lisboa;

1996 — Docente do Curso de Verão de Português para Estrangeiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

1990-1998 — Professora de Francês e Português do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário.

IV — Representações:

É representante da Direção-Geral da Educação do Ministério da Educação e Ciência no projeto europeu “KeyCoNet — European Policy Network on the Implementation of Key Competences in School Education” (2012-2014), que assenta no European Reference Framework “Key Competences for Lifelong Learning”, publicado em 2007 pela Comissão Europeia.

É ponto focal do Ministério da Educação e Ciência no Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013), no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI).